

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Título do trabalho:
Artesanato: criatividade, informalidade e trabalho

Autora:
Geruza Silva de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

“Associativismo, profissões e políticas públicas – III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero”

Nome da sessão temática:
Associativismo, identidade e políticas de emprego e renda

Título do trabalho:
Artesanato: criatividade, informalidade e trabalho

Autora:
Geruza Silva de Oliveira

Artesanato: criatividade, informalidade e trabalho¹.

Geruza Silva de Oliveira²

RESUMO: Neste artigo, intenta-se uma discussão a respeito do artesanato como forma de trabalho informal inserida num contexto de uma economia global e capitalista impregnado numa cotidianidade moderna.

Palavras-chave: artesanato, informalidade, trabalho.

INTRODUÇÃO

A proposta geral neste artigo gira em torno da apresentação de uma discussão teórica sobre a organização e processo de trabalho focalizado numa forma específica de trabalho, a informalidade, concomitante a análises teóricas preliminares sobre outra forma de trabalho, o artesanato. Intenta-se particularmente, a compreensão da dinâmica da informalidade, com o intuito de perceber, nessa peculiaridade de trabalho, alguns elementos pertinentes ao tema proposto, bem como, iniciar uma discussão teórica acerca da compreensão do artesanato como trabalho, enfatizando características desenvolvidas atualmente em suas relações de trabalho, como, a identidade construída.

A relevância do conteúdo deste artigo se faz, dada importância do tema nas sociedades atuais pela intensidade e transformações reveladas a partir da emergência de elementos novos expressos em formas de trabalhos antigas e inéditas especialmente no aspecto informal de trabalho.

As intensas e rápidas transformações provocadas pela globalização, processo pelo qual, “a Terra mundializou-se de tal maneira que o globo deixou de ser

¹ Artigo acadêmico construído a partir de leituras recalçadas em autores que discutem formas de trabalho como a informalidade, leituras orientadas pelo orientador da tese em construção Prof. Dr. Jordão Horta Nunes, leituras orientadas pelo Prof. Dr. Revalino Antonio de Freitas do programa da disciplina Sociologia do Trabalho, leituras e dados referentes à pesquisa realizada entre 2002 e 2005 no curso de mestrado em Sociologia. Intenta-se neste artigo o desenvolvimento de discussões preliminares para futura pesquisa no curso de doutoramento em Sociologia pela FCS-UFG, não tendo realizado ainda pesquisa de campo com tratamento metodológico sobre o tema a respeito do artesanato especificamente. Artigo a ser apresentado no III Seminário Nacional – Trabalho e Gênero na Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Ciências Sociais.

² Aluna do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Federal de Goiás. Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia. Doutoranda em Sociologia. geruzacs@yahoo.com.br.

uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica” (IANNI, 1995, p. 14), rompe com os modos de ser, sentir, agir, pensar e fabular de uma sociedade (local ou global), na medida em que se torna um elemento de interferência na convivência e vivência das pessoas, inclusive propondo metáforas em seu processo de desenvolvimento. Ianni discorre sobre as categorias que circundam esse processo. Segundo ele,

Há metáforas, bem como expressões descritivas e interpretativas fundamentadas, que circulam combinadamente pela bibliografia sobre globalização: ‘economia-mundo’, ‘sistema-mundo’, ‘shopping Center global’, ‘Disneylândia global’, ‘nova visão internacional do trabalho’, ‘moeda global’, ‘cidade global’, ‘capitalismo global’, ‘mundo sem fronteiras’, ‘tecnocosmo’, ‘planeta Terra’, ‘desterritorialização’, ‘miniaturização’, ‘hegemonia global’, ‘fim da geografia’, ‘fim da história’ e outras mais. (1995, p. 15 e 16)

O discurso da globalização incorpora as idéias de universalidade e de pensamento único, as quais se dispõem que “somente uma política econômica é possível de agora em diante, e que somente os critérios do neoliberalismo e do mercado (competitividade, produtividade, livre-troca, rentabilidade, etc.) permitem a uma sociedade sobreviver num planeta que se tornou uma selva concorrencial”. (RAMONET, 1997, apud CARDOSO, 2000. In: GENTILLI, 2000, p. 97)

A globalização pode ser definida, ainda, como a intensificação das relações sociais em escala mundial, as quais ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são influenciados por eventos ocorridos em lugares distantes e vice-versa, produzindo transformações unidirecionais, multidirecionais ou recíprocas. Apresenta algumas características, tais como: sistema de estado-nação, divisão internacional do trabalho, economia capitalista mundial e ordem militar, imigrações de um país para outro, migrações internas, reestruturação produtiva, intensificação e criação de novas formas de trabalho.

A globalização pode ser entendida muito mais do que um simples conjunto de transformações no interior da própria organização capitalista internacional, não se constituindo apenas num processo puramente econômico, que deriva somente dos avanços tecnológicos ou da evolução competitiva dos mercados. Na realidade, tem se revelado mais como um processo que envolve vários aspectos, que incluem, além do econômico, o social, o político e o cultural.

No campo das relações existentes no mundo do trabalho, por exemplo, as transformações causadas pela globalização são extremamente visíveis até no cotidiano de sujeitos individualizados, em razão da adoção de uma política neoliberal de reestruturação produtiva: mercado flexível, trabalho flexível e trabalho precarizado, interações profundas entre os chamados setores formais e informais. O mercado de

trabalho das décadas finais do século XX e primórdios do atual tem se mostrado dinâmico ao incorporar todas essas tendências mundiais do capital. No cenário internacional, o neoliberalismo tem-se configurado como um projeto político e econômico, um arcabouço ideológico ideal para a consolidação da reestruturação produtiva e da globalização.

Uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana, isso em condições de modernidade, segundo Giddens (1989). Ortiz, (1999) revela que, a desterritorialização é provocada pela modernidade, ou seja, atitudes, concepções globais se enraizando em territórios locais – entendidos, assim como o próprio Ortiz afirma, em espaços que constitui além da idéia de fronteira ou delimitação geográfica, espaços que abarcam valores, costumes, sentimentos dos que ali vivem – desenraizando-os para contextos diferentes. Este processo é interpretado por Domingues (1999) como desencaixe das relações sociais tradicionais para relações inéditas, modernas, estruturado pela modernidade que, logo, produz o reencaixe dessas relações, inserindo-as no modo de vida das pessoas.

A modernidade é vista por Giddens (1991, p. 11) como “um estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”, se desenvolverá nesse processo globalizante, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredarem pela superfície da terra como um todo.

A modernidade difunde os produtos da atividade, racional, científica, tecnológica, administrativa, implicando numa crescente diferenciação dos setores da vida social, política, econômica, vida familiar, religião, arte em particular. A modernidade possui sua fé recalcada na racionalização, seu único princípio de organização da vida pessoal e coletiva.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi pensado e construído a partir de pesquisas já desenvolvidas pela autora do mesmo, sobre o assunto temático tratado neste, em outras pesquisas bibliográficas a partir de livros e artigos acadêmicos científicos. Pretende-se continuar o artigo como parte integrante à pesquisa a ser desenvolvida no curso de doutorado atual.

DISCUSSÃO

A consolidação de um novo modelo econômico, nos anos 90, trouxe implicações significativas para o conjunto das empresas que atuavam no Brasil. O processo de globalização dos mercados, com a exigência de novos programas de gestão da produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica, obrigou as empresas instaladas no País a se reciclarem para enfrentar a concorrência. No caso brasileiro, a opção foi pela terceirização, que teve rápida e ampla difusão em todos os setores da economia.

No processo de terceirização ocorrente no Brasil, evidencia-se a existência de duas modalidades, de acordo com Miranda (2004)³. Uma primeira modalidade, discutida pelo autor, é aquela identificada como parte da reestruturação produtiva em curso, em nível mundial, justificada pela demanda de produtividade, qualidade e competitividade e que inclui a transferência de inovações tecnológicas e de políticas de gestão da qualidade para as empresas subcontratadas. Uma segunda modalidade, predominante entre as empresas brasileiras, é aquela determinada basicamente pela redução de custos. A rápida e ampla adoção dessa medida provocou uma precarização das condições de trabalho e de emprego no País.

É nessa perspectiva que a trajetória do mundo do trabalho no Brasil é inserida num modelo mundializado de desenvolvimento de acumulação capitalista, globalizado e moderno, expressando-se com as especificidades de cada momento histórico, explicadas estrutural e conjunturalmente. A esse respeito, Ponchann enfatiza que:

Desde o início da década de 80, o mercado de trabalho brasileiro aponta para uma trajetória muito distinta daquela observada entre os anos 30 e 70. Até então, a estrutura do mercado de trabalho era evidente e se dava por meio da ampliação dos empregos assalariados, sobretudo dos registrados e da redução de ocupações por conta própria sem remuneração e do emprego. Nos anos 80, contudo, pronunciaram uma ruptura na tendência geral de funcionamento do mercado de trabalho, tornando-o cada vez menos estruturado. Na década de 90, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho assumiram maior destaque, consolidando a tendência de redução do assalariamento com

³ Artigo de Carlos Roberto Miranda. Ataque ao Mundo do Trabalho: Terceirização e seus Reflexos na Segurança e Saúde do Trabalhador. Disponível em: www.saudeetrabalho.com.br/download/ataque-miranda.doc.

registro de expansão do desemprego e de ocupações não organizada. (1999, p. 65)

As transformações apontadas pelo autor demonstram parte do caminho percorrido pelo mundo do trabalho e suas relações na sociedade. Portanto, é no quadro de desestruturação do mercado de trabalho que a chamada informalidade ganha significação em termos de movimento de expressão frente ao desemprego estrutural, e é definida por Ponchann (1999), no conjunto, como ocupações não organizadas.

Silva (2002) mostra que a informalidade surge e se desenvolve em meio a processos de transformações econômicas e políticas, no mundo e no Brasil. Entre 1945 e 1973, período de expansão pós-guerra – fase keynesiana-fordista – foram implantadas práticas de controle no trabalho, nas tecnologias, nas relações de consumo e determinações de poder nos planos político e econômico. O Taylorismo⁴ e o Fordismo⁵, que surgiram por volta dos primeiros anos do século XX, representaram processos inseridos na produção, com o objetivo de reorganizar as práticas dos trabalhadores.

Nas décadas de 70 e 80, houve um período de reestruturação econômica e de reordenamento social e político, o que desencadeou um novo tipo de regime de acumulação, denominada flexível, na contramão do antigo processo de produção que propunha o desenvolvimento de um trabalho rotinizado e um grande controle dos trabalhadores em relação ao processo produtivo. A acumulação flexível cria um vasto movimento no emprego do setor de serviços e de conjuntos industriais novos em regiões subdesenvolvidas.

Nessa reestruturação procedida no mercado de trabalho, os padrões passam a estabelecer regimes e contratos mais flexíveis, em decorrência do enfraquecimento dos sindicatos e da disponibilidade de mão-de-obra excedente, o que incluem desempregados e subempregados. Amplia-se a utilização do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado em redução do emprego regular.

Há, nesse contexto, a presença de dois grupos de trabalhadores: os empregados que trabalham em tempo integral e detêm maior segurança no trabalho – são adaptáveis, flexíveis e móveis geograficamente, e aqueles, que se constitui de empregados, que trabalham em tempo parcial, em empregos casuais, que são contratados por período determinado, temporariamente. Este comporta menor segurança no trabalho e, como categoria, tem demonstrado um crescimento considerável nos últimos anos.

⁴ Entende-se por Taylorismo o conjunto de princípios que introduzem um método de organização científica do trabalho, uma racionalização da produção que elimina tempo gasto desnecessariamente, bem como os movimentos supérfluos. (KWASNICKA, 1995)

⁵ Processo ocorrente na produção, o qual introduz disciplinas para o trabalhador de modo a garantir a utilidade de todo o tempo do trabalho e a realização da produção em série de produtos homogêneos.

A subcontratação constitui outra importante mudança inserida nas transformações pelas quais tem passado o trabalho, pois cria oportunidades para a formação de pequenos negócios e possibilita o desenvolvimento de antigos postos de trabalho doméstico, artesanal e familiar. A instabilidade da acumulação flexível, em relação à estabilidade do Fordismo, cria condições para a existência de trabalhos alternativos, ou seja, do trabalho informal de atividades, sob diversas expressões.

Um elemento essencial na explicação do surgimento, crescimento e desenvolvimento da informalidade, conseqüência da onda de reestruturação produtiva, dadas as novas formas de gestão do trabalho, como a flexibilização e a terceirização, é a utilização de novas tecnologias, que diminuiu o emprego de mão de obra humana, fazendo crescer o índice de desemprego. Em conjunto com esse processo, tem-se, também, a baixa qualificação do trabalhador brasileiro, sem o aperfeiçoamento exigido pelas novas atividades industriais e tecnológicas de trabalho. Dessa forma, pode-se ressaltar que a tecnologia possibilita duas coisas: o aumento de produtividade e a redução do trabalho vivo. A utilização da tecnologia diminuiu, a cada dia, a necessidade de trabalho manual, aumentando, conseqüentemente, o índice de desemprego no País.

A industrialização acelerada a partir do desenvolvimentismo pode ser apontada como um dos principais fatores de crescimento das cidades, e seu inchaço pode ser creditado ao intenso fluxo migratório. Este processo acarreta o engrossamento do setor informal como forma de sobrevivência daqueles que não conseguem ser absorvidos pelo mercado formal. Pessoas vindas do campo para as cidades provocam o reordenamento das relações humanas, propiciando um novo tipo de socialização. A cidade impõe às pessoas um novo ritmo de trabalho, a racionalização do orçamento doméstico, o trabalho individualizado e um novo ajustamento aos moldes da vida urbana.

Segundo Silva (2002, p. 31), “a migração se apresenta como uma tentativa de melhoria de vida, uma possibilidade de equilíbrio entre as necessidades e remuneração de trabalho”. Ao se instalarem, os trabalhadores, nos centros urbanos, o sonho que têm de mudar de vida, financeiramente falando, transforma-se rapidamente, quando se confrontam com a realidade brasileira, que demonstra incapacidade de oferta de empregos regulares a muitos com idade de trabalhar – pessoas economicamente ativas. Forma-se, desse modo, uma leva de novos atores sociais em busca de trabalho: os “atores” informais do comércio.

Esse processo migratório que se nutre do desejo de encontrar trabalho nas cidades ocorre a par da vontade do próprio morador da cidade de também encontrar ocupação em postos formais de trabalho. Desse homem da cidade, exige-se a utilização de conhecimento da vida prática, contínua especialização, qualificação de mão-de-obra, desvalorização da essência humana, postura individualizada no meio em que vive elementos de um mundo moderno.

Outro aspecto relevante está na generalização do processo de industrialização a partir do desenvolvimentismo, que pode ser apontado como um dos principais fatores do crescimento das cidades. Isto se dá em razão do abandono do campo, pelo trabalhador, em virtude da intensa mecanização rural. Essa situação leva os trabalhadores rurais a tentar a sobrevivência na cidade. Mas como não possuem a qualificação exigida pelo mercado, criam alternativas de trabalho - as atividades informais. O migrante procurará a cidade em busca de trabalho, objetivo principal do seu desejo de migrar.

Segundo Silva (2002), a incorporação desse migrante à esfera da economia urbana pode causar-lhe impacto, já que, precisa adequar-se ao modo de vida da cidade, interiorizando seus valores e regras, diferentemente das exigências do meio em que vivia.

O artesanato e a informalidade

A reestruturação produtiva pode ser vista como a “substituição de antigas por novas combinações de bens, serviços, fatores de produção, tecnologias, meios de transportes e de comunicação, formas de organização da produção e mercados” (PELEGRINO, 2006, p.34). A partir da globalização da economia, observa-se o crescimento da sociedade da informação criando novos empregos, ou mesmo, reestruturando os já existentes.

A inserção nessas formas de rentabilidade que se modelam pela precarização e flexibilização nas relações do trabalho, tem crescido e provocado a insegurança nos trabalhadores. A noção de precarização é teorizada por Pelegrino (2006, p.34): “nessas atividades se verifica a ausência de garantias trabalhistas, como estabilidade, férias e outras conquistas dos trabalhadores”.

Estar na informalidade significa, de acordo com Olímpia e Polim (2004), não ter direitos básicos, tais como registro em carteira de trabalho, férias, 13º salário ou fundo de garantia. Portanto, significa dizer que todas as pessoas que não têm registro do contrato laboral na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) estão à margem das garantias e proteção da legislação trabalhista.

No artigo, os autores acima citados utilizam o depoimento de Barbosa – que é um dos trabalhadores que vivem na informalidade –, para exemplificar as condições experimentadas por essa categoria social no contexto do trabalho. Barbosa tem 23 anos, e depois de perder o emprego, há um ano e meio, vende sucos nas ruas de Brasília – Distrito Federal - DF. Sabe dos riscos que corre na informalidade, mas argumenta que foi a única opção que encontrou para sobreviver. “Eu não sou fichado e não tenho garantia nenhuma. Se eu ficar doente, não tenho direito a nada. Mas, o que posso fazer? Eu vivo disso”, lamenta.

Nos anos 70, discutia-se o conceito de economia informal⁶, como um complexo de atividades de pequeno porte, voltadas para a geração de renda e sobrevivência dos novos moradores das cidades, que a elas aportavam em razão do processo de êxodo rural, provocado pela modernização das sociedades e pela oportunidade de emprego nas atividades industriais.

Vale ressaltar que essa noção de informalidade veio sendo ampliada ao longo do tempo, incluindo-se nela, também, as atividades pequenas de caráter duradouro, as atividades inovadoras de ocorrência natural e espontânea, que permaneciam à margem da legalidade, das leis comerciais, fiscais e trabalhistas e dos cálculos estatísticos.

O crescimento da informalidade no Brasil resulta de uma reacomodação da economia. Em 1991, a indústria respondia por 22,2% das vagas de trabalho nas regiões metropolitanas. Em 2002, era responsável por apenas 15,9% dos empregos referidos pelo IBGE. Em contrapartida, o setor de serviços, em 2002⁷, teve a sua participação aumentada de 35,7% para 42,8% do total dos empregos. Isso ocorreu porque a indústria deu um salto de produtividade e passou a produzir mais com menos gente. Ao mesmo tempo, terceirizou atividades, muitas das quais para empresas de serviços de limpeza, segurança ou alimentação, fruto do processo de globalização.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados do IBGE, informa que nada menos do que 52,6% dos brasileiros que exercem algum tipo de atividade remunerada estão em ambientes informais. Em 2002, eram 36 milhões e 300 mil pessoas, dos 69 milhões e 100 mil trabalhadores, que recebiam algum tipo de pagamento. O Instituto alerta para uma realidade com a qual se convive cotidianamente, especialmente nas grandes metrópoles do Brasil, demonstrando que, nelas, este é um problema crescente, e, no interior delas, no setor de serviços (IPEA, 2004).

Esses trabalhadores informais procuram sobreviver em trabalhos improvisados, escapam das armadilhas da burocracia e do pagamento de impostos. São camelôs, barraqueiros, donos de fábricas de fundo de quintal. Alguns resvalam para a ilegalidade: vendem cigarros e remédios falsificados, CDs pirateados, que entram clandestinamente no País, ou uma miríade de badulaques coloridos que enfeitam as ruas de qualquer cidade. Uma pesquisa feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas (SEBRAE), em 1997, revelou a existência de nove milhões 500 mil empresas informais, que “empregavam” ou ocupavam 12 milhões e 900 mil pessoas. Oitenta e seis por cento pertenciam a trabalhadores autônomos e 14% tinham até cinco empregados.

⁶ Para medir o trabalho informal, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) toma a unidade econômica como ponto de partida, a qual é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela proximidade entre capital e trabalho. Complementando esta definição, o trabalho informal pode ser caracterizado, ainda, como atividades inseridas em relações de trabalho que cobrem estreitamente as relações de parentesco, as relações pessoais sociais, relações com caráter mais ocasionais do que permanentes.

⁷ Os dados apresentados se referem a um período em que os obtive para a pesquisa realizada no Mestrado e nos direcionam para reflexões atuais a respeito da temática apresentada.

A partir destas análises sobre a informalidade, verifica-se a partir de observações preliminares que, o artesanato se insere neste contexto, como uma atividade que se tem constituído na dinâmica informal de trabalho. Para tal, parte-se de uma definição de artesanato, a qual Canclini (2006, p. 242) distingue-o de arte:

Ao conceber-se a arte como movimento simbólico desinteressado, um conjunto de bens espirituais, nos quais a forma predomina sobre a função e o belo sobre o útil, o artesanato aparece como o outro, o reino dos objetos que nunca poderiam dissociar-se de seu sentido prático. (...) A arte corresponderia aos interesses e gostos da burguesia e de setores cultivados pela pequena burguesia, desenvolve-se nas cidades, fala delas e, quando representa paisagens do campo, faz isso com óptica urbana. (...) O artesanato, ao invés disso, é visto como produto de índios e camponeses, de acordo com sua rusticidade, com os mitos que aparecem em sua decoração, com setores populares que tradicionalmente o fazem e o usam.

O artesanato que se encontra na sociedade contemporânea, globalizada e moderna, se revela como uma produção artesã que, nos dizeres de Canclini não é mais privilegiada pela conquista da técnica anunciada por quem a produz, mas é comandada, “decidida nas galerias de arte e nas cadeias de televisão, nas editoras e nas agências de notícias dos Estados Unidos e da Europa” (2008, p.130), ou seja, ao verificar o artesanato num contexto de globalização tem-se o visto como mais uma das várias formas de se conseguir a sobrevivência. Por este argumento e conteúdo pode-se dizer que o artesanato tem se desenvolvido em meio a formas de trabalho precária e informal,

Pode-se pensar na identidade neste tipo de trabalho que, se revela inserida e construída na informalidade – uma expressão de trabalho - e também dependente de outras culturas para se formar. Segundo Strauss (1999, p. 29),

a identidade está associada às avaliações decisivas feitas por nós mesmos – por nós mesmos ou pelos outros. Toda pessoa se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela. As máscaras que ela exhibe então e depois ao mundo e aos seus habitantes são moldadas de acordo com que ela consegue antecipar desses julgamentos (...).

Nesse sentido o artesão tende a produzir seus produtos, a se comportar frente ao outro – que pode ser seu cliente ou não – conforme os moldes e padrões que o mercado já instituiu. Quem é o artesão hoje? Como ele se apresenta enquanto artesão e profissional frente à sociedade? Segundo Dubar (2006, p. 83) “as identidades profissionais são maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem

uns aos outros, no campo do trabalho e do emprego”. Assim, como a sociedade reconhece o artesão hoje? Como se constrói a identidade entre estes artesãos?

Canclini (2008) discute a idéia de que “hoje, a identidade, mesmo em amplos setores populares, é poliglota, multitécnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (p. 131). O mesmo autor verifica que, as culturas tradicionais se desenvolveram nas últimas décadas se transformando, ou seja, a modernidade não suprimiu o tradicional, o popular, folclore, mas, os mesmos cresceram de outra forma.

Diante de um contexto de transformações que relativizam as identidades nacionais, Canclini (2008) nos diz que, “alguns setores crêm encontrar nas culturas populares a última reserva das tradições, as quais poderiam ser julgadas como essências resistentes à globalização”. (p. 198). Porém, mesmo nestas culturas ditas populares, onde a tradição poderia reinar, os recursos tecnológicos e culturais modernos acabam se ampliando. Canclini em estudos feitos sobre o *Fondo Nacional de Fomento a las Artesanías* no México e sobre as empresas privadas que comercializavam esses produtos, observou que,

o relativo consenso obtido por estas últimas deve-se ao fato de que suas ações não só exploram economicamente os artesão, mas também incluem serviços: fazem empréstimos, ensinam como utilizar créditos bancários, sugerem mudanças de técnica e de estilo para melhorar as vendas, ajudam a realizar um tipo de comercialização cuja regras os artesãos têm dificuldade de compreender.(2008, p. 202).

Os artesãos na visão deste autor agem combinando vários papéis: o de proletários, subordinados, clientes, tendo que atuar como competidores para sua sobrevivência. Desenvolve-se uma negociação fundamentada na cultura híbrida do mundo, a qual decorre na América Latina da mestiçagem e sincretismos e nas “sociedades contemporâneas através das interações entre o tradicional e o moderno, entre o popular e o culto, o subalterno e o hegemônico”. (CANCLINI, 2008, p. 206). O Popular se constitui de processos híbridos⁸ e complexos, com signos de identificação fundamentados em elementos procedentes de diversas classes e nações. Estes processos relativizam a noção de identidade.

⁸ Híbrida em Canclini (2006) é definida como processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. (p. XIX).

RESULTADOS

A informalidade proporciona uma nova dinâmica de vida, de comportamento e de concepção de trabalho. Constitui uma criatividade do homem, uma alternativa possível no mercado de trabalho, cuja capacidade de absorção se encontra saturada no seu processo formal.

O discurso extraído das entrevistas com os trabalhadores do setor informal⁹ gira em torno da questão da sobrevivência. Eles procuram, inventam e refazem formas de trabalhar, de ganhar dinheiro. Nessa perspectiva, Maricato (2001, p. 23), em suas reflexões sobre as cidades brasileiras, refere-se à “incapacidade produtiva dessas cidades para atender com emprego a população imigrante que acaba relegada ao terciário informal, a ‘desarticulação da rede urbana’”¹⁰.

A informalidade contraria a formalidade encontrável no processo de trabalho. Esta constitui um segmento organizado, com postos de trabalho que geram empregos regulares. A informalidade estabelece uma lógica de ocupações irregulares, construindo uma “desordem organizada”¹¹, interferindo na organização da cidade, lhe proporcionando um aspecto diferenciado na criação de uma dinâmica própria, a começar pelas formas e lugares utilizados para o seu exercício, os quais exprimem a idéia de liberdade, abertura, sem formalidades e com contatos pessoais mais diretos – de vendedor para vendedor (pequena distância entre uma banca de vendas e outra) vendedor para consumidor, consumidor para consumidor.

A observação ainda preliminar que se tem sobre o artesanato em um nível geral, como forma de trabalho atualmente, está indo ao encontro de uma prática social imbuída das características de trabalho informal e precarizado e que não mais se faz pelo significado que a habilidade conquistada manual trazia, mas, é tecnicamente desenvolvido pelo sentido que o capitalismo e estilo de vida moderno propõem.

⁹ A pesquisa realizada no mestrado foi feita com aplicação de questionários abertos e fechados; entrevistas não-diretivas; conversas informais. Toda a pesquisa tiveram abordagens qualitativas e quantitativas.

¹⁰ Quando o autor se refere a imigrantes, compreende-se que se refere, com este conceito, às pessoas que saem de seus países e se deslocam para outros. Portanto, a informalidade é formada tanto pela migração, quanto pela imigração.

¹¹ Referência ao título da dissertação de mestrado defendida e aprovada em 2005 na Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais: “Desordem Organizada”: Processo de Interação Social nos Espaços Públicos. Um olhar sobre os vendedores ambulantes do Mercado Aberto de Goiânia”. Autora da Dissertação: Ms. Geruza Silva de Oliveira. Orientadora: Profa. Dra. Genilda Darc Bernardes.

CONCLUSÃO

Este artigo se fez a partir de análises teóricas produzidas a respeito da informalidade realizadas desde o curso de mestrado em sociologia entre os anos de 2002 e 2005. A partir desse trabalho particularmente se pretende continuar as discussões aqui apresentadas, na realização da pesquisa a ser desenvolvida de forma densa teórica e empiricamente no doutorado em andamento. O artigo se faz em parte, nesse sentido, uma reflexão preliminar de várias outras que virão a partir de discussões da disciplina cursada Sociologia do Trabalho.

As discussões produzidas neste, levantaram outras problemáticas que possivelmente nortearão a pesquisa de doutorado em andamento: como se desenvolve a organização e processo de trabalho no artesanato contemporaneamente, frente aos processos de “hibridização intercultural” (CANCLINI, 2008, p, 136) estilos de vida modernos e globalização e Goiânia e no Brasil? Existe uma valorização da Identidade do artesão a partir do comércio de seu artesanato? O artesanato que se faz atualmente em Goiânia e no Brasil se constrói sobre qual Identidade? Este artesanato é informal e precário em suas relações de trabalho? Existe um artesanato determinante enquanto forma identitária em Goiânia e no Brasil, qual seria? Como podemos compreender o gênero a partir deste trabalho com artesanato?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e Modernidade*. Para entender a sociedade contemporânea. São Paulo: Civilização brasileira, 1999.

DUBAR, Claude. *A Crise das identidades*. A interpretação de uma mutação. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

GENTILI, Pablo. *Globalização Excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem social*. Petrópolis: Vozes. 2000.

GIDDENS, Anthony. *Constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

KWASNICKA, Eunice Lacava. *Introdução à administração*. São Paulo: Atlas, 1995.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORTIZ, Renato. *Outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. Trabalho informal: a questão das mulheres das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (org.). *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Faperj; DP&A, 2006. P. 31-49.

POCHMANN, M. *O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, Adriana Dias. *Informalidade: comportamento do Setor Informal em Anápolis/GO. (1986-2002)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002.

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e Máscaras*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.

Artigo de Carlos Roberto Miranda. *Ataque ao mundo do trabalho: terceirização e seus reflexos na segurança e saúde do trabalhador*. Disponível em: www.saudeetrabalho.com.br/download/ataque-miranda.doc

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Vera Olímpia – Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Leonardo Polim – Assessor do Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego. Artigo: Opinião dos autores. *Ações do governo federal para reduzir a informalidade no mercado de trabalho*. Disponível em: www.ipea.gov.br.